

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E INCLUSÃO ESCOLAR: desafios da participação do aluno com deficiência intelectual na rede regular de ensino do Município de Governador Edison Lobão

Autora: Suzana Oliveira Batista Vale

Coautora: Islani de Oliveira Silva

Orientadora: Márcia Cristiane Silva Matos

Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO

O presente artigo define-se por um trabalho de conclusão de curso intitulado de **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E INCLUSÃO ESCOLAR: desafios da participação do aluno com deficiência intelectual na rede regular de ensino do Município de Governador Edison Lobão**. O tema proposto faz referência aos entraves e perspectivas presentes no processo de inclusão das crianças com deficiência intelectual no ambiente escolar, com ênfase no atendimento educacional especializado em sala de recurso assegurado pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A deficiência intelectual caracteriza-se por um atraso cognitivo devido a limitações em diferentes níveis apresentados no funcionamento mental do cérebro, estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades a criança com esse atraso requer atenção especial por parte do educador e procedimentos didáticos específicos que devem ir ao encontro de suas necessidades, tendo em vista, que a mesma necessita de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e desenvolver as competências básicas ao alcance da autonomia.

A Legislação vigente assegura o direito de acesso e permanência das pessoas com deficiência ao ensino regular inclusivo de qualidade e gratuito. Diante disso, tornam-se frequentes as matrículas de crianças com deficiência intelectual no âmbito educacional, sem o devido acompanhamento especializado. Entretanto inserção não é sinônimo de inclusão, o processo de inclusão nos estabelecimentos de ensino, devem seguir as normas e exigências expressas na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Diante desta realidade, sentimos o anseio de pesquisar sobre a temática proposta partindo do seguinte questionamento: Qual a relevância da política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na rede regular de ensino e sua aplicação no processo de

inclusão de crianças com deficiência intelectual? A importância de tal problemática se fundamenta no conceito de educação inclusiva definido pelo Documento Oficial Intitulado de: Marcos Político – legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010), o mesmo ressalta que:

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado (BRASIL, 2010, p.07).

No ambiente escolar, os procedimentos de ensino e as metodologias aplicadas no processo de ensino contribuem diretamente no resultado da aprendizagem, para o sucesso das atividades propostas faz-se necessário à formação permanente dos educadores, espaço adequado e recursos materiais didáticos específicos. O objeto em estudo delimita-se ao âmbito da deficiência intelectual baseada na Política Nacional de Educação Especial com ênfase na Educação Inclusiva. A pesquisa define-se como descritiva e explicativa, de cunho bibliográfico e de campo, possibilitando o confronto entre as bases legais e teóricas que subsidiam a educação inclusiva no Brasil com a realidade vivenciada pelos educadores em sala de aula.

A pesquisa de campo é caracterizada pelo enfoque fenomenológico com abordagem qualitativa, tendo como principal instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, com duas professoras da rede regular de ensino de uma instituição municipal, localizada em Governador Edison Lobão - MA. Estas, por sua vez, nos forneceram subsídios para as investigações e análises documentais.

Este estudo é de extrema relevância para a construção do conhecimento teórico e prático e para o enriquecimento da formação nas áreas de Educação Inclusiva e Psicologia da Educação, ao meio acadêmico e comunidade em geral, por oportunizar acesso a informações mais aprofundado em relação ao processo de inclusão de crianças com deficiência intelectual na rede pública de ensino.

Com base no diagnóstico de campo, constatou-se os entraves encontrados pelos educadores na inclusão dos educandos com deficiência intelectual, que perpassam entre a falta de apoio técnico pedagógico, o atendimento educacional especializado em sala de recurso, atendimento clínico especializado realizado por uma equipe multidisciplinar, falta de recursos materiais específicos as necessidades educacionais dos discentes e formação continuada aos educadores na área.

Tais fatores são requisitos fundamentais para a operacionalização da educação especial nos sistemas de ensino e a ausência destes, configura-se na privação do direito Constitucional de acesso e permanência na educação principalmente no campo da deficiência intelectual, a qual lhe é atribuído longo histórico de preconceito e negligência por parte da sociedade em geral. Receber o aluno com deficiência e inseri-lo em sala de aula regular sem o devido suporte pedagógico não é sinônimo de inclusão, torna-se um fazer pedagógico sem sentido que tende a gerar mais exclusão. Este paradigma somente poderá ser desfeito quando houver uma análise dos processos escolares e da equiparação de oportunidades educacionais a todos os educandos.

Portanto, a estruturação do ensino proposta pelas Diretrizes, exige que as escolas assumam em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) o compromisso e a responsabilidade com a educação para todos, provendo a superação das limitações educacionais dos discentes, fortalecendo as interações sociais dentro de um espaço educativo mais inclusivo.

No tocante à formação docente a Política Nacional de Educação especial destaca que “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (BRASIL, 2008). A educação especial na perspectiva da educação inclusiva se apresenta como um grande desafio para o Brasil. Muito se tem feito em termos de Legislações e políticas públicas, no entanto, a sociedade deve lutar dia após dia para a efetivação dos direitos conquistados, baseando suas ações nos aspectos da equidade, respeito e valorização do próximo.

A inclusão de crianças com deficiência intelectual na rede regular de ensino, além de um direito assegurado por lei é uma questão de dignidade humana e de valorização dos princípios norteadores de uma sociedade que precisa vencer a discriminação e cultivar uma visão de mundo mais igualitária, e humana.

Palavras-Chaves: Deficiência intelectual, inclusão escolar e ensino aprendizagem.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.